

A POBREZA E SUAS FACES EM RETRATO NAS NOTÍCIAS: UMA ABORDAGEM DIACRÔNICA E CRÍTICO-DISCURSIVA

LA POBREZA Y SUS CARAS EN RETRATOS EN LAS NOTICIAS: UN ABORDAJE DIACRÓNICO
Y CRÍTICO-DISCURSIVO

POVERTY AND ITS FACES IN PORTRAITURE ON THE NEWS: A DIACHRONIC AND
CRITICAL-DISCURSIVE APPROACH

Fábio Fernando Lima*

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO: Circunscrito ao quadro teórico da Análise Crítica do Discurso, o objetivo deste trabalho é o de analisar alguns recortes de notícias publicadas na grande mídia impressa paulista no decorrer dos séculos XIX, XX e XXI acerca de determinados segmentos excluídos em função de suas condições socioeconômicas, e que assim se encontram em situação de subordinação em relação a outro grupo, majoritário e dominante. Considerando que esses veículos de comunicação no mais das vezes estiveram sob o controle das classes dominantes, partimos do princípio de que encontraremos, nessas notícias, um preconceito de base, em consonância com a própria ideologia vigente nesses grupos, materializado mediante diversos procedimentos discursivos (muitas vezes camuflados) que buscam o estabelecimento de determinados consensos hegemônicos e a manutenção do *status quo*, sendo objetivo deste trabalho descrevê-los. O material para análise foi extraído dos jornais Correio Paulistano, A Província de São Paulo/O Estado de S. Paulo e Folha da Noite/Folha de S. Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Crítica do Discurso. Noticiário. Mudança Discursiva. Exclusão Social.

RESUMEN: Circunscrito al cuadro teórico del Análisis Crítico del Discurso, el objetivo de este trabajo es el de analizar algunos cortes de las noticias publicadas en los grandes periódicos paulistas a lo largo de los siglos XIX, XX y XXI acerca de determinados segmentos excluidos en función de sus condiciones socioeconómicas, y que así se encuentran en situación de subordinación con relación a otro grupo, mayoritario y dominante. Considerando que estos vehículos de comunicación estuvieron la mayor parte del tiempo bajo el control de las clases dominantes, partimos del principio de que encontraremos, en las noticias, un prejuicio de base, en consonancia con la propia ideología vigente en esos grupos, materializado mediante diversos procedimientos discursivos (muchas veces camuflados) que buscan el establecimiento de determinados consensos hegemónicos y el mantenimiento del *status quo*, siendo el objetivo de este trabajo describirlos. El material para el análisis se extrajo de los periódicos *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo/O Estado de S. Paulo* y *Folha da Noite/Folha de S. Paulo*.

PALABRAS CLAVE: Análisis Crítico del Discurso. Noticiero. Cambio discursivo. Exclusión Social.

* Graduado em Letras pela USP (2001), possui Doutorado (2009) e Pós-Doutorado (2013) em Letras pela mesma instituição. Atualmente é Professor Colaborador e bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES na PUC-Rio. E-mail para contato: fabiofernandolima@uol.com.br.

ABSTRACT: Related to the theory of Critical Discourse Analysis area, our goal in this research is to analyze some news clippings published by printed media of São Paulo in the course of XIX, XX and XXI centuries about segments excluded according to their socioeconomic conditions and that they are thus subordinated to another majority and dominant group. Considering that the media the most of the time were in the hands of dominants groups, it is known that we are going to find in these newspapers a prejudiced discourse which agrees with the prevailing ideology. This kind of discourse can be structured in many ways of writing (different discursive methods), aiming to the maintenance of a consensual hegemony and *status quo*, being the objective of this work to describe them. The material for analysis was extracted from the newspapers Correio Paulistano, A Província de São Paulo/O Estado de S. Paulo and Folha da Noite/Folha de S. Paulo.

KEYWORDS: Critical Discourse Analysis. Newspaper. Discourse Change. Social Exclusion.

1 INTRODUÇÃO¹

A abordagem da exclusão social, da intolerância, do preconceito em geral e dos estereótipos em particular, em variados tipos de discursos, nos seus mais diversos aspectos e níveis de atuação, vem se constituindo, ultimamente, em objeto de estudo tanto de linguistas quanto de pesquisadores ligados a diversas áreas de conhecimento, no Brasil e no exterior, com ampla gama de pesquisas interdisciplinares e produção teórica de qualidade.

No entanto, analisando a produção bibliográfica decorrente desses estudos, observamos que os mesmos têm se centrado, exclusivamente, no eixo da sincronia. Este trabalho parte da premissa de acordo com a qual a adoção de uma perspectiva diacrônica, focalizando o que foi colocado em circulação pelas mídias acerca da exclusão social em geral e da pobreza em particular, pode trazer um ganho importante e complementar, haja vista que este material produz, certamente, efeitos na configuração contemporânea desses segmentos na sociedade brasileira.

Cumprе acrescentar que, em linhas bastante gerais, como resultados, os estudos acerca da materialização discursiva da exclusão social têm apontado para a constituição de discursos preconceituosos e intolerantes de diferentes tipos, nos mais variados tipos de materiais pesquisados. Nesse sentido, acreditamos que a adoção da abordagem crítica traz um ganho teórico e metodológico importante e complementar, justamente porque, conforme apontado por numerosos autores, tais como Fairclough (2001a, 2003), Wodak (2004), dentre tantos outros, o projeto político e genealógico da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) concerne exatamente em desnaturalizar e tornar transparentes as relações opacas de dominação e controle, exercidas, ideologicamente, *no e através* do discurso.

Na verdade, a ACD apresenta-se como um campo de investigação fundamentalmente interessado em propor uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar as relações estruturais, transparentes ou veladas, de poder e controle manifestos na linguagem (cf. WODAK, 2004). Assume-se, assim, como ponto central, a análise das maneiras pelas quais “[...] o discurso contribui para a reprodução da desigualdade e da injustiça social, determinando quem tem acesso a estruturas discursivas e de comunicação aceitáveis e legitimadas pela sociedade” (VAN DIJK, 1994, p. 4-5).

Dessa maneira, a ACD pode oferecer uma valiosa contribuição de linguistas para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo/gênero, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à autoidentidade, enfim, à análise da exclusão social de modo geral.

2 A OPÇÃO PELA ANÁLISE DO JORNALISMO IMPRESSO

Tomando por pressuposto o que foi explicitado nos parágrafos anteriores, faz-se importante acrescentar que há um interesse primeiro, por parte da ACD, pelo discurso veiculado pelas mídias, na medida em que estas sempre se constituíram no canal

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

responsável pela transmissão da maior parte dos conhecimentos disponíveis e, simultaneamente, encontram-se, no mais das vezes, concentradas nas mãos das classes dominantes, detentoras da maioria absoluta do capital financeiro. Essas classes, por sua vez, têm a faculdade de exercer um controle ideológico sobre as classes dominadas, dirigindo-as da maneira como lhes convém, a fim de manter os seus interesses e o *status quo*.

Para Marshall (2003, p. 23), “[...] o jornalismo é a linguagem que codifica e universaliza a cultura hegemônica e legitima a lógica do mercado” na atual configuração do mundo social. De acordo com Thompson (2008), os meios de comunicação produzem e difundem *bens simbólicos* por meio da transmissão da informação, de modo que assumem papel preponderante na divulgação de ideias. Dessa forma, indubitavelmente, o jornalismo constitui-se em um lugar especial para a circulação e perpetração da desigualdade social e dos estigmas e estereótipos e particular, o que ressalta a importância da análise do tema em materiais advindos desse segmento.

Certamente o gênero mais buscado pelos leitores ao acessar os jornais, quando pretendem encontrar “informação”, a “notícia” se estabelece enquanto uma espécie de “essência” que particulariza, define e se institui no próprio objetivo-fim do jornalismo. No entanto, a mídia, de modo geral, transforma um acontecimento em “notícia” interpretada por um jornalista, que escreve tanto enquanto representante de determinada instituição de comunicação quanto enquanto membro de um grupo social, fatores que incidem, certamente, sobre suas ideologias e, por conseguinte, sobre o processamento de informações do fato a ser noticiado (cf. VAN DIJK, 2008). Nesse sentido o discurso produzido corresponde à possibilidade de se propagar crenças e estereótipos, muitas vezes camuflados por meio de diversas estratégias, legitimando o poder dos grupos dominantes.

Conforme destaca Van Dijk (2008), esse poder simbólico inclui a maneira de influenciar. Os jornalistas – e, por conseguinte, os grandes veículos de comunicação – podem determinar a agenda da discussão pública, a proeminência de determinados tópicos em detrimento de outros e controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente no que diz respeito a quais segmentos devem ganhar espaço e de que maneira. Nesse sentido, os jornalistas são considerados “os fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos. Portanto, seu poder simbólico é também uma forma de poder ideológico” (VAN DIJK, 2008, p. 45).

Se, no passado, a influência poderia ser exercida por ações pragmáticas diretivas, de acordo com Van Dijk (2008), no contexto atual, os meios de comunicação jornalísticos exercem o controle pela via persuasiva, mediante diversos mecanismos retóricos – muitas vezes camuflados – que tendem a influenciar as ações futuras dos receptores.

É partindo de um quadro assim configurado que este trabalho apresenta seu objetivo central, propriamente o de analisar e descrever, sob a ótica da ACD em geral e em particular sob a perspectiva do modelo de análise tridimensional proposto por Fairclough (1995, 2001a, 2003) e suas variações, notícias acerca de determinados segmentos excluídos em função de suas condições socioeconômicas publicadas na mídia impressa do Estado de São Paulo, observando a manifestação de ideologias, aqui entendidas como resultado de práticas sociais que incidem sobre a produção discursiva, direcionadas à imposição de determinados consensos hegemônicos.

Para tal, tomamos por princípio que, ao analisarmos as práticas discursivas manifestadas nas notícias em cada um dos recortes de períodos a serem analisados – os séculos XIX, XX e XXI – e estabelecermos as devidas comparações entre eles, poderemos depreender tanto continuidades quanto mudanças nas práticas sociais subjacentes, mediante transformações na representação, ideologias e posições hegemônicas acerca dos referidos grupos. Esperamos encontrar diferenças significativas entre os textos mais antigos e os contemporâneos, com uma preocupação maior, no caso dos textos atuais, em simular, mascarar a intolerância, em contraposição àqueles publicados no final do século XIX e início do XX, o que talvez se poderá atribuir às próprias transformações das práticas sociais vigentes.

Na verdade, tendo em vista as limitações que se impõem para esta pesquisa, selecionamos três tipos de textos representativos dos padrões que a “notícia” assumiu no período em questão: três deles foram publicados na segunda metade do século XIX, e a escolha de mais de um exemplo para ilustrar o período em questão assenta-se no fato de a “notícia” sofrer variações composicionais no jornalismo nascente. O segundo texto foi publicado na segunda metade do século XX, e sua escolha assenta-se no fato de ele se

apresentar representativo do período em que, após sofrer mudanças, a “notícia” toma definitivamente uma forma “industrial”, mas ainda sem o compromisso de se apresentar como “crítica” e “pluralista”. Por fim, analisamos um texto do início do século XXI, funcionando como amostra de um terceiro período, no qual a “notícia”, já devidamente construída sob uma estrutura baseada em um padrão industrial, é escrita já sob o prisma da chamada “sociedade do espetáculo”, pretendendo-se apresentar enquanto um gênero pretensamente “crítico” e “pluralista”, em busca de uma tentativa de construção da objetividade, o que implica novas mudanças em sua estrutura composicional.

A partir de uma análise exploratória, buscaremos descrever as transformações apontadas no parágrafo acima, relativas à estrutura composicional do gênero “notícia”, articulando-as à sinalização das maneiras pelas quais a ideologia opera no jornalismo impresso paulista em um corte diacrônico, em termos desse tema.

3 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Conforme mencionado anteriormente, o projeto teórico da ACD busca a desnaturalização de estruturas de poder que se encontram ocultas no discurso. Nas palavras de Fairclough (2001b, p. 35)

[...] por análise ‘crítica’ do discurso quero dizer análise do discurso que visa a explorar sistematicamente relações frequentemente opacas de causalidade e determinação entre (a) práticas discursivas, eventos e textos, e (b) estruturas sociais e culturais, relações e processos mais amplos; a investigar como essas práticas, eventos e textos surgem de relações e lutas de poder, sendo formados ideologicamente por estas; e a explorar como a opacidade dessas relações entre o discurso e a sociedade é ela própria um fator que assegura o poder e a hegemonia.

Na verdade, foi a partir dos estudos empreendidos por Norman Fairclough (1995, 2001a, 2003, dentre outros) que a ACD ganhou os contornos de um modelo teórico e analítico definido. Em sua proposta, o “discurso” é concebido, por um lado, como “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros”. Mas, a essa definição, o autor acrescenta que o discurso é também um modo de “representação”, o que “[...] implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira” (FAIRCLOUGH, 2001a, p.91).

O modelo de análise *tridimensional* de Fairclough (2001a, 2003), caracterizado por sintetizar as concepções de discurso com orientação, ao mesmo tempo, social e linguística, veio a ser denominado “Teoria Social do Discurso”. Trata-se, na verdade, de uma abordagem caracterizada por apontar, para cada evento discursivo, três dimensões: uma constituição enquanto *texto* falado ou escrito; uma instância de *prática discursiva*, envolvendo a produção e a interpretação do texto e, por fim, o aspecto de *prática social*.

Ao conceber o discurso enquanto prática social, contextualizada em uma estrutura social mais ampla, materializado por textos que podem cumprir determinadas finalidades, tais como mudanças nos sistemas de conhecimentos e crenças, tanto no que se refere aos atores sociais em atividade discursiva quanto no que diz respeito ao mundo material, o autor evoca uma perspectiva funcionalista da linguagem, na medida em que postula que a língua possui funções externas ao sistema e que essas funções são as responsáveis pela organização interna do sistema linguístico. Dessa maneira, no que tange à orientação linguística de sua teoria, Fairclough faz uso da Linguística Sistemico-Funcional (doravante LSF) de Halliday (1985).

No modelo de 2003, Fairclough apresenta um conjunto articulado de três significados: o *representacional*, caracterizado por enfatizar a representação de aspectos do mundo – físico, mental, social – em textos, aproximando-se da função ideacional de Halliday (1985) e, portanto, analisável a partir do sistema de transitividade; o significado *acional*, que focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, com a ação legitimando/questionando relações sociais e, por fim, o significado *identificacional*, atinente à construção e à negociação de identidades no discurso. Os significados *identificacionais* e *acionais* estão associados à metafunção *interpessoal* de Halliday (1985)

A análise dos significados identificacionais e acionais permite ao analista observar as maneiras pelas quais o falante/escritor, inserido em um determinado contexto sócio-cognitivo, tanto atribui determinadas identidades sociais aos atores designados em seu texto quanto expressa seus posicionamentos e julgamentos. É por meio desses significados que são instanciadas as relações pessoais e sociais dos participantes dos eventos discursivos, tanto no aspecto de sua configuração identitária como da sua relação com os outros atores sociais envolvidos no processo.

No que diz respeito aos aspectos linguísticos propriamente ditos englobados pela constituição dos significados acionais e identificacionais, faz-se importante acrescentarmos que os estudos englobados pela ACD valem-se não apenas dos aspectos gramaticais concernentes ao modo e modalidade estabelecidos por Halliday (1985) para a mencionada função, mas também das contribuições advindas de outros estudiosos que têm trabalhado de perto com a proposta hallidayana. Para a pesquisa que aqui delineamos, levaremos em conta, sobretudo, a proposta de análise apresentada por Martin e White (2005), cujo mérito reside em sintetizar os demais estudos e propor uma categorização ainda mais abrangente dos mecanismos linguísticos acionados para o estabelecimento das relações interpessoais.

Partindo das propostas apresentadas por Fairclough para o modelo tridimensional, Martin e White (2005) procuram estabelecer categorias sóciosemióticas relacionadas à construção da distância, identidade, envolvimento, intimidade, e autoridade discursivas, realizadas, linguisticamente, por meio de recursos avaliativos. Segundo os autores, a *atitude*, o *engajamento* e a *gradação* podem ser concebidos como fenômenos linguísticos que atualizam posicionamentos intersubjetivos dos atores sociais em interação.

De acordo com esse ponto de vista, a *atitude* abrange significados graduáveis por meio dos quais o falante/escritor avalia entidades, estados de coisas e acontecimentos negativa ou positivamente. É subdividida em *afeto* (reações afetivas diante de uma situação ou comportamento específico), *julgamento* (avaliações acerca da capacidade, normalidade, tenacidade, propriedade e veracidade dos comportamentos ou atitudes humanas e [ou institucionais] e *apreciação* (avaliações de caráter estético acerca de elementos concretos da realidade, como objetos, ou de risco e importância, no que tange a nominalizações – processos, eventos, entidades abstratas).

A *gradação*, por sua vez, está relacionada ao modo pelo qual os falantes/escritores maximizam ou minimizam a força de suas asserções, tornando nítidas ou ofuscadas as categorizações semânticas com as quais operam. O *engajamento*, por fim, constitui-se no componente por meio do qual o autor se posiciona em relação a seu enunciado e aos enunciados potenciais de outros atores sociais envolvidos na interação. Por meio dela, objetiva-se descrever em que medida falantes/escritores avaliam as afirmações anteriores, qual o peso dessas afirmações em suas formulações e de que modo eles se engajam em relação a tais enunciados (em oposição, concordância etc.).

No entanto, Martin e White (2005) ressaltam que, para que o produtor do texto adquira, eficientemente, o comprometimento dos leitores e ouvintes, além das categorias apontadas, precisará contar com os argumentos dispostos e com o processo persuasivo de maneira geral, embora esse aspecto não seja explorado pelos autores.

Esse ponto de vista coaduna-se, aliás, com aquele assumido por Van Dijk (2008), de acordo com o qual, no contexto atual dos meios de comunicação jornalísticos, o controle é exercido pela via persuasiva, mediante diversos mecanismos retóricos que tendem a influenciar as ações futuras dos receptores. Para o autor (1994, p.6), a persuasão se constitui na “[...] maneira mais moderna de exercício do poder” e, ao invés de se prescrever o que os leitores/ouvintes devem fazer, os jornalistas “[...] argumentam, oferecendo justificativas econômicas, políticas, sociais e morais, e administrando o controle das informações relevantes” (DIJK, 2008, p. 53).

No entanto, apesar de toda a importância conferida à argumentação, não encontramos, nos modelos de análise crítica propriamente ditos, uma proposta capaz de associar definitivamente os aspectos retóricos com a análise e interpretação da linguagem em contexto sócio-histórico, caro à ACD. Por isso mesmo, buscaremos estabelecer pontos de contato entre a Teoria Social do Discurso e a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), objetivando descrever as maneiras pelas quais cada um desses elementos, responsáveis por acionar relações interpessoais com o leitor – a saber, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença – acionam e se entrelaçam a determinadas estratégias argumentativas.

Essa perspectiva coaduna-se com a concepção de significado acional enquanto modo de ação sobre o mundo, característica da função interpessoal, e especialmente com a própria definição de discurso proposta por Fairclough (2001a, p. 91) enquanto “[...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros”.

Se o exercício do poder é operado discursivamente, com a finalidade de influenciar os demais grupos e estabelecer ou manter as hegemonias, entendidas, de acordo com Fairclough (2001a, p.43), como “[...]o domínio exercido pelo poder de um grupo” – e esse grupo é o grupo dominante – “sobre os demais, baseado mais no consenso que no uso da força”, pode-se constatar um elo de ligação entre a própria definição de hegemonia apresentada pelo autor e a posição de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), na medida em que, para estes, a obtenção de um consenso constitui-se na finalidade de qualquer argumentação.

Assumindo, portanto, a persuasão como parte inerente à dominação, a associação proposta apresenta um ganho teórico e metodológico à ACD, uma vez que a análise e descrição das relações interpessoais e das intersecções destas com o desencadeamento de determinadas estratégias argumentativas tem o potencial de fortalecer a descrição e interpretação das relações de poder e controle manifestos no material analisado, trazendo um enfoque ainda mais amplo e acertado.

Cumpramos acrescentar, por fim, que nos referimos anteriormente à concepção, no modelo de análise tridimensional, de uma instância enquanto *prática social* para cada evento discursivo, que ao lado da constituição enquanto *texto* falado ou escrito e *prática discursiva* completa o quadro de análise. Com relação a esse propósito, faz-se importante destacar o trecho a seguir, em que Fairclough (2001a, p.29) apresenta a centralidade de sua concepção de discurso como prática social, distinguindo-a da dimensão da prática discursiva propriamente dita:

Minha formulação da análise na dimensão da prática social está centrada nos conceitos de ideologia e essencialmente de hegemonia, no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. As hegemonias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Além disso, pode ser considerada a estruturação de práticas discursivas em modos particulares nas ordens do discurso, nas quais se naturaliza e ganha ampla aceitação, como uma forma de hegemonia (especificamente cultural). É a combinação dos conceitos de intertextualidade e hegemonia que torna a teoria [...] útil para investigar a mudança discursiva em relação à mudança social e cultural.

Pelo que se pode observar no trecho em destaque, os conceitos de “ideologia”, “dominação” e, por conseguinte, de “hegemonia”, adquirem um estatuto especial para o autor. Essa importância, no entanto, não se restringe a sua obra: está presente nas mais diversas modalidades de análise crítica. Trata-se da “*manufatura do consenso*” a que se refere Van Dijk (1994), do exercício do poder e controle social por parte dos grupos que têm sido legitimados e têm acesso ao discurso público, dos recursos de dominação utilizados pelas elites, detentoras do controle específico sobre o discurso público. Jornais e outras publicações, o rádio, a televisão, o próprio Estado, dentre outras instituições ou mesmo pessoas, podem contribuir nesse processo.

Dessa maneira, Fairclough (2001a) situa o conceito de discurso em relação à ideologia e ao poder partindo de uma concepção de poder enquanto hegemonia e de evolução das relações de poder como luta hegemônica. Define as ideologias como “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 117). Quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de “senso comum”, as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes para a manutenção de relações de dominação.

No quadro transdisciplinar da teoria crítica, podemos afirmar que a concepção de ideologia está fortemente assentada nos trabalhos empreendidos por Thompson (1995). Na verdade, filiando-se às concepções críticas sobre ideologia, Thompson tem buscado elaborar uma acepção aplicável à análise do uso das formas simbólicas de materialização das ideologias na sociedade, entendendo, por formas simbólicas, “[...] espectros de ações e falas, imagens e textos produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles como significativos” (THOMPSON, 1995, p. 79). De acordo com o autor,

“[...] o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de ‘relações de dominação’. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder” (THOMPSON, 1995, p. 15-16).

Dessa maneira, o autor considera ideológicas somente as formas simbólicas que, em determinados contextos, estabelecem/sustentam relações de dominação, sempre “a serviço das pessoas e grupos dominantes”, o que “[...] delimita o fenômeno da ideologia, dando-lhe especificidade e distinguindo-o da circulação das formas simbólicas em geral” (THOMPSON, 1995, p. 90-91). Para Fairclough (2001a, p. 94) “[...] as ideologias são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder”.

Na verdade, Thompson (1995) apresenta uma tipologia dos modos gerais de operação da ideologia, subdivididos em cinco categorias que operam discursivamente, dispostas da seguinte maneira: *legitimação*, *dissimulação*, *unificação*, *fragmentação* e *reificação*. Cada *modus operandi* possui suas próprias estratégias de construção simbólica, que a depender da forma como são construídas, podem servir para manter ou subverter, estabelecer ou minar relações de dominação.

Acreditamos que a adoção dessa categorização e a proposta de diálogo com outras camadas do modelo tridimensional poderão fortalecer a análise dos dados e a descrição do evento discursivo no plano da *prática social*, desnudando as maneiras pelas quais, efetivamente, emergem, na tessitura textual, as estruturas responsáveis por sustentar a dimensão ideológica das relações de dominação.

No entanto, dada a ênfase da proposta teórica de Fairclough na “transformação” e na “mudança”, o autor (2001a, p. 117) afirma que a análise não deve estar focada apenas nas propriedades estáveis das ideologias, mas também na natureza da “luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação”. Assume-se, assim, que a ideologia está localizada tanto nas estruturas (ou seja, nas “ordens de discurso”) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais, quando reproduzem e/ou transformam as estruturas condicionadoras.

Neste ponto da explanação corrente, cumpre abriremos um espaço para destacar que as considerações tecidas até o presente momento acerca dos conceitos de “ideologia” e “hegemonia” permitem antever uma necessidade indispensável, colocada por Fairclough (2001a, p. 126), de que a análise contemple a questão da “mudança discursiva em relação à mudança social e cultural”, colocada enquanto objetivo central de sua proposta. Nas palavras do autor há, em seu quadro de análise

[...] uma orientação forte para a mudança histórica: para as mudanças de práticas discursivas e seu lugar dentro de processos mais amplos de mudança social e cultural. **A mudança histórica deve, a meu ver, ser o foco e preocupação primeira da Análise Crítica do Discurso**² [...]. A preocupação com a mudança tem uma orientação dupla: de um lado, em direção à especificidade dos eventos discursivos particulares, como tentativas de negociar circunstâncias sócio culturais instáveis e mutantes no meio da linguagem, baseando-se em práticas discursivas e ordens do discurso disponíveis, transformando-as frequentemente; de outro, em direção às ordens do discurso no prazo mais longo, em direção à mudança das práticas discursivas dentro e através dos domínios e instituições sociais como uma faceta da mudança social. (FAIRCLOUGH, 2001b, p. 38)

A centralidade da mudança histórica na proposta do autor desloca o foco para a análise das relações de poder exercidas *no e através* do discurso, especificamente para as maneiras como essas relações moldam e transformam as práticas discursivas, sociais e institucionais. Paradoxalmente, no entanto, embora o autor focalize a questão da mudança histórica, discursiva e social, colocada como *central*, uma análise mais detida da bibliografia disponível em ACD permite antever a primazia absoluta de pesquisas centradas no eixo da sincronia em relação àquelas que focalizam o eixo diacrônico.

² Grifos nossos.

Considerando, portanto, a importância dessa abordagem e o fato de a mesma ter sido sistematicamente negligenciada nos modelos de análise crítica propriamente ditos, elegemos como objetivo primeiro desta pesquisa a descrição diacrônica de “notícias” acerca de determinados grupos excluídos socialmente em função de suas condições socioeconômicas. Para isso, conforme já mencionado neste artigo, partimos do princípio de que, ao analisarmos as práticas discursivas subjacentes a cada um dos períodos pré-selecionados – o século XIX, XX e XXI – poderemos depreender traços de permanência e mudança nas práticas sociais e discursivas, e assim observar possíveis transformações na representação das ideologias dos grupos dominantes em relação aos referidos grupos e na própria estrutura composicional do texto como um todo. Em se confirmando essa hipótese, caberá descrever quais os tipos de transformações ocorreram ao longo desses três séculos.

4 ANÁLISE DIACRÔNICA DAS NOTÍCIAS

Conforme bem aponta Sodré (1999, p. 1), a história da imprensa no Brasil corresponde, *stricto sensu*, “à própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. Na verdade, o jornalismo impresso paulista, nascente em especial no final do século XIX, já emerge sob o controle da elite aristocrático-burguesa de então, que passa a se expandir para o campo empresarial e político-administrativo. Tendo como pano de fundo a Revolução Industrial e a dificuldade do Governo Imperial em criar novos mercados consumidores, esses jornais adotam um posicionamento extremamente crítico em relação ao Governo Imperial.

No que diz respeito à história da pobreza no Brasil e das ações para superá-la, cumpre-nos afirmar que até 1930, ano em que é instituída a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o trabalho social é concebido como “gesto de caridade para com o próximo” e os pobres são vistos como “grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes, com a assistência se mesclando, dessa forma, com as necessidades de saúde”, o que veio a se refletir “na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestaram as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social” (SPOSATI, 2007, p. 42). Nesse primeiro momento, estabeleceu-se portanto uma associação estereotipada entre “pobreza” e “doença”, o que veio a se refletir nas posições ideológicas do jornalismo da época, sob o controle da elite aristocrático-burguesa de então. Observe o exemplo a seguir, publicado na seção “Comunicados” do jornal *Correio Paulistano*:

(01) COMUNICADOS

O ECHO DA VERDADE

Principiamos a tarefa que nos temos imposto com a analyse do um fato escandaloso quo hebdomadariamente presenciamos nesta cidade— a procissão desses infelizes a quem a morfêa tem accommettido, o que, sahindo de seus escondrijos aqui vem, horrorizando a população, pedir uma esmola para matar a fome. Cumpre ao estado zelar na guarda d’aquelles que o constituem — esta vigilancia é dupla, porque olha para o moral do cidadão e para a sua saude; no primeiro caso são as leis da instrucção publica. Pobre instrucção, âhi anda a ponta pés—mas em todo o caso sempre é bom ser chefe dessa corporação fantástica do nosso paiz, porque o grande numero do mestre-escolas das aldeas faz com quo se tenha a popularidade de um Demosthenes. Deixando porém a tal instrucção de quo tanto se falia, e de que nada se faz— diremos que o Estado vela na saúde do cidadão, estabelecendo leis hygienicas; Ah sim, leis hygienicas quo marcam quaes os títulos que deve ler o grande sacordoto da medicina —quaes os deveres que deve cumprir, mas que também entre nós são fábulas, porque qualquer *Monsieur* da estranja é um medico—depois que o dogma sciencia foi adoptado sem critério algum. Dizia o nosso patricio Penna na sua comedia—Noviço—que tudo se deslocava entre nós, e que as inclinações se torção; mas ele estava bem longe do pensar que qualquer sapateiro poderia ser um dia medico—e no entanto a realidade dos factos nol-o demonstra — qualquer com uma simples tintura de historia natural é proclamado—o primeiro de uma corporação tão respeitável. [...] ah! sim, leis hygienicas, antigamente ellas o diziam (porque hoje nos parece letra morta) que o medico não podia ser boticário, nem o boticário medico—entretanto é o que hoje não falta [...] Temos, dizem, um hospital para os lazarus, e entretanto ahi andam elles vagando. Qual será a causa? eis o misterio que-passamos a sondar. Lá para os districtos do bello e pitoresco bairro Paulistano, que se diz — da Luz—, bem perto das margens do formoso Tietê, encontrão-se uns casebres—que se dizem—hospital dos lázaros. [...] Quaes leis hygienicas devem reger sobre taes

estabelecimentos? [...] a primeira cousa quo indagamos, uma resposta negativa se nos dá [...]. Não cessaremos de pedir ao governo, que lance seus olhos e cuide de cumprir um dos mais sagrados deveres que lhe está imposto—a garantia da saúde do cidadão. Não só tratar do dar incremento ao desenvolvimento intellectual do um povo animando as companhias dramáticas, erigindo theatros que os governos desempenham sua missão. É isso sem duvida um bom desejo que não deixamos de applaudir— mas, quando a pobresa geme, quando o enfermo grita, o governo não deve ser surdo a esses gemidos, nem insensível á essas lagrimas. [...] Ainda, ha bem pouco tempo, se via entre nós um facto cruel o bárbaro, era a pratica do lançar nas enxovias da çadêa, de mistura com esses desalmados—o pobre e infeliz [...]. Quizeramos que o governo illustrado, que se acha ora á frente da administração, considerasse actualmente esta necessidade palpitante, visto que esta terrível enfermidade—a morphéa—se acha disseminada em grande escala pela província —e que a esses infelizes coubesse melhor sorte que não a mendicidade, e a pobresa: vexando continuamente a população, que demais se horrorisa com esses hediondos espetáculos.

Convém pois, que quanto antes seja estabelecido um edificio conveniente onde se possa dar um tratamento soffrível á esses infelizes, que, achando os meios suaves de passar os tristes restos de seus dias, resignados irão vivendo, guardados e socorrido pela alta vigilância da autoridade. Taes são os votos que fazemos, á bem do infeliz, a quem esse terrível mal persegue, e em honra da sociedade, que não deve deixar de proteger a miséria e a enfermidade. Voltaremos a matéria se preciso fôr, com mais minuciosidade. (*Correio Paulistano*, 13/07/1854)

No que se refere ao texto em tela, observa-se que as marcas do(s) enunciador(es) estão claramente delineadas, aliadas à expressão de um determinado posicionamento a respeito do tema. É sob essa forma, de natureza fortemente opinativa, que a “notícia” emerge no jornalismo paulista nascente do século XIX.

Em (1) observamos ampla gama de recursos avaliativos; como eixo principal podemos apontar um conjunto de julgamentos negativos de sanção social. Para Martin e White (2005), os julgamentos dizem respeito às avaliações de caráter comportamental, relativas aos diversos modos de agir dos atores sociais. As avaliações de *estima social* relacionam-se a valores compartilhados pelos indivíduos em sua integração a diversas redes sociais e instituições, responsáveis por criar hierarquias de comportamentos práticos desejáveis e indesejáveis. Trata-se de valores ligados a comportamentos passíveis de admiração, estranhamento, menosprezo ou reconhecimento.

A *sanção social*, por outro lado, abarca avaliações codificadas pela cultura da escrituralidade, por meio de decretos, regras, regulamentos e leis, responsáveis pela vigilância institucional da sociedade. Nesse sentido, os valores compartilhados relacionam-se às obrigações morais e éticas, à cidadania e à filiação institucional. Por essas razões, os julgamentos de *sanção social* implicam atitudes não de admiração ou estranhamento, mas sim, de louvor/destaque ou condenação/recriminação.

No texto em análise, observamos que o enunciador procede a diversas avaliações, apresentando, nos termos de Martin e White (2005), julgamentos negativos de sanção social acerca das propriedades e qualidades do governo imperial e da categoria médica de então (*cumprir ao estado zelar na guarda d'aquelles que o constituem — esta vigilancia é dupla, porque olha para o moral do cidadão e para a sua saude; no primeiro caso são as leis da instrucção publica. Pobre instrucção, ahí anda a ponta pés—mas em todo o caso sempre é bom ser chefe dessa corporação fantástica do nosso paiz, porque o grande numero do mestre-escolas das aldeas faz com quo se tenha a popularidade de um Demosthenes; diremos que o Estado vela na saúde do cidadão, estabelecendo leis hygienicas; ah sim, leis hygienicas quo marcam quaes os títulos que deve ler o grande sacordoto da medicina —quaes os deveres que deve cumprir, mas que também entre nós são fábulas, dentre outras*).

A essas estratégias acrescentam-se julgamentos de estima social, responsáveis por colocar em questão a capacidade da classe médica e reforçar a ideia da omissão do governo imperial (*qualquer Monsieur da estranja é um medico —depois que o dogma sciencia sem privilégios — foi adoptado sem critério algum; qualquer sapateiro poderia ser um dia medico—e no entanto a realidade dos factos nol-o demonstra; o primeiro de uma corporação tão respeitável, dentre outras*).

No plano argumentativo, as estruturas interpessoais estruturam-se por meio de um amplo discurso de justificação, cujas premissas baseiam-se em fatos. Essa trilha estabelece claramente, nos termos adotados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), um argumento pragmático, relacionado a uma ligação de sucessão, do tipo causa e efeito (sendo “a ausência do estado na oferta de alternativas para coibir a mendicância e omissão na vigilância das ‘leis higienicas’” a causa e “a proliferação da mendicância”, o efeito). Atréados a essa ideia central, observamos outros tipos de argumentos, responsáveis por sustentá-la em planos menores de generalidade: podemos apontar, por exemplo, no que tange à argumentação baseada na estrutura do real, outros vínculos do tipo causa e efeito (*temos, dizem, um hospital para os lazarus, e entretanto ahi andam elles vagando. Qual será a causa? eis o misterio que passamos a sondar*), o argumento de autoridade (*dizia o nosso patricio Penna*), o recurso à descrição do real (*entanto a realidade dos factos nol-o demonstra*) e, no plano dos argumentos quase-lógicos, o recurso à definição e ao conflito definicional (*leis higienicas quo marcam quaes os títulos que deve ler o grande sacordoto da medicina — quaes os deveres que deve cumprir, mas que também entre nós são fábulas, porque qualquer Monsieur da estranja é um medico—depois que o dogma sciencia sem privilégios —foi adoptado sem critério algum*) e à transitividade (*o medico não podia ser boticário, nem o boticário medico—entretanto é o que hoje não falta*), dentre outros.

O parágrafo final do texto traz o argumento mais forte que o jornalista pretende destacar. Nesse contexto, o emprego da modalidade deontica positiva (*Convém pois, que quanto antes seja estabelecido um edificio conveniente*) assume contornos autoritários, tendo em vista que o alvo da proposta é o próprio governo e os seus efeitos englobam a posição não só do próprio jornal, mas também de seus leitores.

Na verdade, a voz do jornal atrela-se à voz dos leitores, membros da elite aristocrático-burguesa da época, refletindo uma estratégia *interpessoal de envolvimento*. Essa estratégia é responsável por apresentar um texto engajado e disposto a representar os anseios do leitor, configurando-se como a “arma” de comunicação da comunidade e criando solidariedade com essa instância, de modo que os julgamentos apresentados tenham teor positivo (*não cessaremos de pedir ao governo, que lance seus olhos e cuide de cumprir um dos mais sagrados deveres que lhe está imposto; quizeramos que o governo ilustrado [...] considerasse actualmente esta necessidade palpitante, [...] e que a esses infelizes coubesse melhor sorte que não a mendicidade, e a pobreza: vexando continuamente a população, que demais se horrorisa com esses hediondos espetáculos; em honra da sociedade; voltaremos a matéria se preciso fôr, com mais minuciosidade*).

Chama a atenção os inúmeros recursos subjetivos que, destacados na superfície do texto, tanto reforçam o compromisso do enunciador em relação aos fatos que apresenta quanto se inscrevem em analogia às reações dos próprios leitores diante da mendicância. Referimo-nos às apreciações que se materializam em reações de impacto (“escandaloso”, “hebdomadariamente”, “aplaudir”, “geme”, “grita”, “hediondos”, “bárbaro”, “horrorizando”), de qualidade (“belo”) e de composição (“desordem”, “pitoresco”), que se juntam a componentes atitudinais de afeto (“pobre” e “infeliz”, “infelizes”, “tristes”).

Atréados a alguns julgamentos de sanção social e também de estima social (“*ilustrada*”, “*humanitária*”, “*desalmados*”; “*insensível*”, “*cruel*”, “*malvados*”), essas estruturas inscrevem no texto uma visada ideológica – também aquela da classe dominante, cuja voz corresponde à voz do próprio texto – fortemente assentada em um posicionamento intolerante em relação à população de rua e a outros representantes de classes subalternas em geral (*qualquer sapateiro poderia ser um dia medico; enxovias da cadêa, de mistura com esses desalmados*) e bastante baseada na associação estereotipada entre pobreza e doença (*esta terrível enfermidade—a morphêa—se acha disseminada em grande escala pela província —e que a esses infelizes coubesse melhor sorte que não a mendicidade e a pobreza: vexando continuamente a população, que demais se horrorisa com esses hediondos espetáculos; desses infelizes a quem a morfêa tem accommettido, o que, sahindo de seus escondrijos aqui vem, horrorizando a população, pedir uma esmola para matar a fome; cumpre ao estado zelar na guarda d’aquelles que o constituem — esta vigilancia é dupla, porque olha para o moral do cidadão e para a sua saúde*), dentre outros

Nos termos de Thompson (1995), observamos a *legitimação* da perspectiva ideológica da classe dominante, especificamente através da estratégia de universalizar os seus interesses, os quais passam a ser exibidos como se fossem os interesses de todos. A esse respeito, aliás, cumpre ressaltar que não se aponta como alternativa a inclusão desse grupo excluído – que, ademais, não tem sua perspectiva

inscrita nas vozes do texto em questão – mas apenas a alternativa da plena segregação física em edifícios adequados e capazes de bani-los completamente do convívio com os demais extratos sociais, aqui apresentada para o “bem dos moradores de rua”.

Em algumas notícias publicadas no *Correio Paulistano*, no entanto, tais quais as publicadas na seção “Notícias das Províncias”, começamos a vislumbrar a emergência de textos curtos, destinados a noticiar acontecimentos de maneira breve. Partindo sempre de uma fonte exterior claramente marcada, a coluna “Notícias e factos diversos” se apresentava por demais pequena e não era publicada cotidianamente. Diferentemente do que se observou em (1), temos em (2) um texto cuja estrutura composicional está mais associada à tradição discursiva do *relatar* (Cf. COSTA, 2010). No entanto, em sintonia com o conjunto das notícias publicadas no jornal, mantém-se a mesma ligação com a elite aristocrático-burguesa da época e, por conseguinte, a adoção de uma postura explicitamente intolerante face à pobreza. Observe:

(02) **Notícias das Províncias**

Santa Rita do Passa Quatro - Escreve-nos dessa localidade o nosso correspondente: Ainda continuamos a sentir faltas de criadas [...]; consta-nos, porém, que a auctoridade local vai pôr couro ao mal, reprimindo activamente a ociosidade. —Brevemente fundar-se-há nesta villa, um bem montado collegio para o sexo feminino. A direcção ficará a cargo da exma. d. Maria do Carmo Gonçalves Leito (o corpo docente compõe-se do srs. dr. AT R. Guião, o dr. Cesario do Brito Travassos, Antonio Gonçalves Leilo, d. Êlvira Guião dr. Figueiredo e d. Maria do Carmo Gonçalves Leite. Estão a cooperarem para o engrandecimento do collegio, os prestigiosos cidadãos: Jeronymo Vieira de Andrade, Antonio Bernardino Velloso, José Garcia Bocha e muitos paes de família (*Correio Paulistano*, 3/2/1855).

(03) **Notícias das Províncias**

O Globo também noticia o seguinte de Codó:

«Nas immediações da fazenda do Sr. Vaz Júnior, de novo apparecou uma porção do indios, mas são Índios mais ou menos domesticados; juntos com alguns escravos fugidos, os quaes assim reunidos andam em correrias continuas, não tanto para matar, mas para roubar instrumentos próprios para agricultura. Espalhou-se que era uma horda de indios bravos; não ha tal. Não ha naquellas alturas indios que não tenham estado já em contado com a nossa sociedade. O que é certo é que desses, alguns mais indolentes, tomando da sociedade somente os vícios e os crimes, voltam para as maltas, e reunidos com escravos equilombados fazem excursões, cujo fim principal é o roubo.» (*Correio Paulistano*, 6/4/1855)

Em (2), estabelece-se um contraste, materializado pelo emprego de julgamentos positivos de estima social em relação à capacidade das pessoas referidas nominalmente no texto - “os(as) senhores(as)” e “doutores(as)” (*estão a cooperarem para o engrandecimento do collegio, os prestigiosos cidadãos [...]*) – e o julgamento negativo de estima social, que a nosso ver é empregado para fazer referência à descrição das atividades da classe trabalhadora (“*ociosidade*”), que se imiscui a outro julgamento negativo, de sansão social (*pôr couro ao mal, reprimindo activamente*).

No plano argumentativo, este julgamento negativo de sansão social manifesta-se sob a forma de um argumento alicerçado na estruturação do real, do tipo causa e efeito (Cf. PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996) (sendo a “*ociosidade*” a causa e a “*montagem do colégio*”, o efeito).

Nesse sentido, podemos afirmar que o texto não só se articula em torno da subserviência à elite aristocrático-burguesa de então, mas também coloca em tela apenas a perspectiva da classe dominante, adotada enquanto o ponto de vista do próprio jornal.

Considerando-se que o vínculo dominante de inserção na sociedade sempre foi o da integração pelo trabalho, com a transformação produtiva adquirindo preponderância nas trajetórias de exclusão social, podemos afirmar que em (2) o conjunto das estratégias acionais inscrevem, no plano identificacional, não apenas a retratação estereotipada daqueles que se encontram fora do mercado de trabalho como “vagabundos”, mas também a atribuição de uma suposta “baixa qualificação” a esse segmento, passando à esfera de “despreparados”, “incapacitados” – e daí de importância de “*um bem montado collegio para o sexo feminino*”. Encontramos, aqui,

as bases de uma constituição ideológica caracterizada por associar “gênero feminino” a “atividades domésticas” (*feminilidade ideal*) e “preguiça” à “pobreza”, ou seja, a constituição estereotipada do pobre enquanto “preguiçoso”, o que vem a justificar sua permanência inalterada na pirâmide social.

Em (3) ganha destaque uma série de julgamentos responsáveis por apresentar, no plano identificacional, uma posição caracterizada por associar índios e negros ao estereótipo de “animais”, que em função de suas condições precárias e subumanas em relação aos padrões “normais” de sociabilidade são concebidos enquanto seres perigosos, ameaçadores, marginais e, por isso mesmo “passíveis de serem eliminados” (OLIVEIRA, 1997, p. 32). É nesse contexto que se inscrevem os julgamentos de estima social, fazendo referência à normalidade e capacidade dos referidos segmentos (*domesticados, bravos, estado já em contado com a nossa sociedade*), imiscuídos a julgamentos negativos de sanção social, referentes à propriedade dos grupos em questão (*tomando da sociedade somente os vícios e os crimes; equilombados; excursões cujo fim principal é o roubo*), inscrevendo os dois segmentos – índios e negros equilombados – na categoria estereotipada de “ladrões”.

Tanto em (2) quanto em (3) a posição intolerante que justifica a estrutura ideológica e os estereótipos vem sustentada pelo modo da “fragmentação”. Nos termos de Thompson (1995), a fragmentação constitui-se de relações de dominação estabelecidas e mantidas no texto através da segmentação de indivíduos e grupos que possam ser uma ameaça aos grupos dominantes. Nos exemplos em tela, temos especificamente o caso do “expurgo do outro”, já que índios, negros e trabalhadoras “ociosas” são qualificados como “inimigos da sociedade”.

Mas é efetivamente após a Revolução de 1930 que, de acordo com Bahia (1990), a imprensa de massa começa a se delinear e a concepção de imprensa enquanto empresa tem suas origens, à medida que o país acelera a industrialização e as cidades crescem. A partir daí, a massa urbana seria, tanto informativa como publicitariamente, o mercado específico para as grandes tiragens, os grandes jornais. Como resultado, acentua-se a relação dos jornais com o poder econômico que, representado pelos mais diversos interesses, mas também identificado pelos mais sólidos anunciantes, desenvolve formas de pressão, influência e controle dos meios de comunicação. Nesse contexto, a “notícia” vai tomando forma industrial e as matérias recomendadas – aquelas indicadas por membros de cargos superiores da empresa jornalística, atendendo diretamente aos interesses dos grandes clientes e anunciantes do jornal – passa a ser uma das categorias de pressão econômica, dando “[...] à empresa a faculdade de manipular o que vai ser impresso, no interesse dos grupos de poder” (BAHIA, 1990, p. 232).

Nesse contexto, em (4), faz-se importante observar que se atribui ao próprio “Exército da Salvação” o papel de qualificar sua atuação em relação ao enfrentamento da pobreza, através de diversas estruturas interpessoais de *engajamento por atribuição*. Observe:

(04) Exército da Salvação angaria fundos com “Painéis de Natal”

“Salvo para Servir” é o lema do Exército da Salvação e com base nele aquela entidade religiosa-assistencial vem, a exemplo dos anos anteriores, colocar em vários locais do centro da cidade as tradicionais “Painéis de Natal” com o objetivo de angariar fundos para ajudar a necessitados.

O Exército da Salvação, que está comemorando este ano o seu centenário, pretende angariar neste natal aproximadamente Cr\$ 6 milhões em donativos que serão aplicados em benefício do Leprosário Pirapitingui, situado próximo a Sorocaba, e do Santuário dos Tuberculosos de São José dos Campos.

Parte dos donativos arrecadados será doado às famílias pobres da capital, que receberão vales de cinco mil cruzeiros para trocar por mercadorias em determinados estabelecimentos comerciais da cidade. Para essa distribuição, há um selecionamento prévio das famílias realmente necessitadas.

FINALIDADES

O Exército da Salvação foi fundado em 1865, quando William Booth declarou guerra à pobreza, vício e pecado num dos bairros mais miseráveis do leste de Londres. [...] No Brasil, o Exército da Salvação trabalha desde o ano de 1922. [...] A organização é alicerçada em bases doutrinárias do Protestantismo e sua inspiração vem dos cultos, em seus templos, ou mesmo das pregações em praças públicas, dos Evangelhos e da tese de salvação para todos os homens.

O Exército, que procura colocar em prática a ação cristã, antes de tudo, promove também visitas a pessoas pobres, a hospitais e prisões. A fim de atingir diretamente as massas indiferentes à religião, o Exército realiza reuniões nas ruas e praças, utilizando bandas, cânticos e instrumentos musicais.

Sua ação se baseia nos três preceitos de seu fundador: “Ide aos pecadores e aos pobres, levando-lhes sopa do alimento do corpo, sabão para a reabilitação social e Salvação (a reabilitação social através de Cristo)”. (*Folha de S. Paulo*, 9/12/1965, p. 11)

Mediante o emprego, ora do discurso direto (*sua ação se baseia nos três preceitos de seu fundador: “Ide aos pecadores e aos pobres, levando-lhes sopa do alimento do corpo, sabão para a reabilitação social e Salvação (a reabilitação social através de Cristo)”*), ora do discurso indireto (*William Booth declarou guerra à pobreza, vício e pecado num dos bairros mais miseráveis do leste de Londres*, dentre outros), a voz da entidade “funde-se” à do jornal, mobilizando, no plano das relações interpessoais, a incorporação (cf. FAIRCLOUGH, 2001a) desse discurso. Nos termos de Martin e White (2005), esses recursos funcionam como estratégias de engajamento por concordância, mediante o endosso das declarações; no plano argumentativo, estabelecem uma argumentação alicerçada na estruturação do real, com argumentos do tipo causa e efeito (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996) (*A fim de atingir diretamente as massas indiferentes à religião, o Exército realiza reuniões nas ruas e praças, utilizando bandas, cânticos e instrumentos musicais*, dentre outros).

Conforme aponta Fairclough (1995), o argumento de autoridade, muitas vezes sustentado pelo discurso relatado, assume vasta importância para o estabelecimento de determinados consensos hegemônicos. Isso porque a representação do discurso sempre pressupõe um processo ideológico cuja relevância deve ser considerada: observar vozes ausentes e presentes no texto, e suas consequências para valoração ou depreciação do que foi dito e daqueles que pronunciaram o discurso relatado, evidencia questões de poder no uso da linguagem.

Na verdade, o relato sempre obedece à determinada decisão do jornalista de representar o que foi dito ou escrito em determinado caminho em detrimento de outro, embora se estabeleça frequentemente uma simulação de reprodução transparente daquilo que foi dito ou escrito por outra fonte. Ademais, a mídia é mais aberta aos setores socialmente dominantes, frequentemente retomados enquanto “fontes confiáveis” e como “vozes acessadas” que emergem no discurso reportado (cf. HARTLEY, 1982 *apud* FAIRCLOUGH, 1995, p. 63).

No plano identificacional, observamos que a representação das ações voltadas à pobreza segue, agora, um novo viés ideológico, em sintonia com a própria história do desenvolvimento do trabalho social no Brasil: após a década de 1940, à luz da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), essas ações passam a ser marcadas por traços clientelistas, assistemáticos, conservadores, com “[...] programas sociais estruturados na lógica da concessão e da dádiva, contrapondo-se ao direito” (COUTO, 2006, p. 71).

Ao se tornarem beneficiários dessas ações, cobertas pelas obras de caridade, reforça-se o processo de exclusão, à medida que tais ações passam a ser entendidas enquanto “favor” prestado pelas classes dominantes às classes subalternas. Temos o embrião da origem da associação estereotipada responsável por associar *benefício social à dependência* e o fortalecimento da posição ideológica responsável por associar *pobreza à preguiça*.

Com a implantação definitiva da sociedade do espetáculo – vigente nos últimos quarenta anos, acompanhando as características das sociedades pós-modernas – os veículos de comunicação assumem, definitivamente, papel central. Desde então, passam a se definir como organismos especializados em responder a uma demanda social por justiça e cidadania, e os jornais começam a adotar, como premissas para suas linhas editoriais, um jornalismo pretensamente “crítico”, “apartidário” e “pluralista”. Como resultado, a estrutura composicional do gênero “notícia” sofre mudanças profundas, assentadas na tentativa de construção da objetividade.

O conceito de “espetáculo” se refere tanto à experiência prática da primazia dos desígnios da “razão mercantil” sobre os demais aspectos da vida social quanto “[...] às novas técnicas de governo usadas para avançar ‘o empobrecimento e a sujeição’, ‘conquistando o controle social por intermédio mais do consenso que da força’ (FREIRE FILHO, 2003, p. 37). Como resultado, a persuasão também assume papel central. Observe:

(05) **Bolsas para baixa renda extrapolaram o Orçamento**

Pilares da ação do Estado no país, os programas de transferência direta de renda às famílias contribuíram para a queda da pobreza e da desigualdade nos últimos anos, mas deixaram de caber no Orçamento federal.

Só nos anos de administração petista, benefícios previdenciários, trabalhistas e assistenciais saltaram do equivalente a 7,3% da renda nacional, em 2003, para 9,4% no ano passado.

Em valores de hoje, é como se a despesa anual do governo com essa finalidade tivesse crescido em cerca de R\$ 120 bilhões, sem um aumento correspondente da arrecadação tributária.

Com a recessão econômica, a receita total da União caiu de 18,9% do PIB, recorde atingido em 2011, para 17,6% no ano passado – quase os mesmos 17,4% de 2003.

Previdência Social, assistência a idosos e deficientes, seguro-desemprego, abono salarial e Bolsa Família respondem hoje por metade do gasto federal, excluindo da conta os encargos da dívida pública. E esse gasto deverá superar a receita deste ano em algo como R\$ 100 bilhões.

A escalada das despesas com esses programas começou com a Constituição de 1988, que fixou novos direitos; tornou-se mais visível quando o Plano Real, de 1994, derrubou a hiperinflação; ganhou impulso a partir da década passada com a formalização do emprego e o envelhecimento da população.

DESIGUALDADE

Do ponto de vista da distribuição e da melhora na renda, os programas sociais e a Previdência tiveram maior impacto entre os mais pobres. Mas, de modo geral, vieram do trabalho e da empregabilidade ao longo dos 13 anos do PT na Presidência as maiores contribuições para a queda na desigualdade.

No período, segundo dados do Centro de Políticas Sociais da FGV, todos os estratos da população tiveram melhora na renda acima dos índices de inflação: a dos 10% mais pobres aumentou 129%; a dos 10% mais ricos, 32%.

Quanto mais pobre, maior o impacto dos programas sociais e da Previdência. Mas, na média, foi a renda do trabalho que teve maior peso, de 78% para a melhora dos rendimentos. Previdência teve participação de 19%, e o Bolsa Família, de 3%.

No decil mais pobre, o peso do Bolsa Família sobe a 31%, a Previdência cai para 10%, e a renda do trabalho, para 59% (e é preponderante mesmo assim).

ADVERSÁRIOS

A atual recessão e o alto nível de desemprego (10,9% da força de trabalho) são hoje, portanto, os maiores adversários da melhora na distribuição de renda. Não por acaso, o último trimestre de 2015 foi o primeiro período desde 1999 (início da série) em que renda e desigualdade tiveram uma piora juntas no país. (*Folha de S. Paulo*, 15/05/2016)

Cumpramos observar que os recursos avaliativos, bem como o processo persuasivo de forma geral, emergem de modo bastante camuflado, em contraposição aos textos anteriores. Em (05) observamos um texto construído basicamente sob tratamento “factual” dos temas em questão, como se os “fatos falassem por si mesmo”. Não por acaso, os recursos argumentativos utilizados fundam-se praticamente em argumentos baseados na estruturação do real, sobretudo por meio dos vínculos de sucessão, do tipo causa e efeito (no caso da grande relação central estabelecida, temos os *programas de transferência direta de renda às famílias de baixa renda elaborados ao longo dos anos* enquanto a causa de um efeito percebido nos dias de hoje, *o rombo no orçamento*).

Essas relações de sucessão vêm sustentadas por uma ampla gama de argumentos, como o argumento quase lógico da comparação (*em valores de hoje, é como se a despesa anual do governo com essa finalidade tivesse crescido em cerca de R\$ 120 bilhões, sem um aumento correspondente da arrecadação tributária*) e, sobretudo, o argumento de autoridade, balizado sob a forma de um conjunto de dados estatísticos que resultaram de pesquisas acerca do assunto, como os “dados do Centro de Políticas Sociais da FGV” e outros dados que não têm a fonte explicitada no texto.

Nesse sentido, é importante observar que se atribui a essas fontes confiáveis – no caso, a voz dos institutos de pesquisas econômicas

– sustentar a argumentação em curso, mediante diversas estruturas interpessoais de *engajamento por atribuição*. De forma análoga ao que observamos em (4), esses recursos funcionam como estratégias de *engajamento por concordância*, mediante o *endosso* dos dados apresentados.

A supressão de vozes dissonantes que contestam esse tipo avaliação econômica universaliza uma perspectiva particular e ajuda a constituir um determinado consenso hegemônico negativo acerca dos programas de transferência de renda, mediante a estratégia da “dissimulação” (cf. THOMPSON, 1995) da estrutura ideológica de dominação em curso, sustentada, neste caso, por uma “subjetividade antipública que segrega e elabora, por meio da comunicação midiática, uma ideologia antiestatal, fundada na ideia da dilapidação financeira do estado e na imagem do estado devedor” (OLIVEIRA, 1997, p. 32). Nesse sentido, os direitos sociais e trabalhistas, consolidados a partir da promulgação da Constituição de 1988, período em que assistência social deixa para trás seu caráter subsidiário e passa a ser entendida enquanto direito, integrando um tripé da seguridade social - juntamente com os direitos à saúde e à previdência social - são transformados em obstáculos ao desenvolvimento econômico do país: a proteção social se transforma em “custo Brasil” (p. 32).

Acentua-se, definitivamente, a relação estereotipada que une ideologicamente *pobreza e atraso*.

5 CONCLUSÃO

Mediante a breve comparação entre textos publicados no final do século XIX, ao longo do século XX e início do XXI, fica bastante clara a existência de um posicionamento ideológico fortemente vinculado às classes dominantes perpassando, de modo hegemônico e em uníssono, a elaboração das notícias por parte dos grandes jornais paulistas nos diferentes períodos da história brasileira acerca da pobreza e das ações necessárias para superá-la. Essa constatação ecoa a posição, sustentada pela ACD, que de acordo com a qual os veículos de comunicação se apresentam como mecanismos de controle ideológico das classes dominantes sobre as classes dominadas, “[...] desempenhando um papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder” (VAN DIJK, 2008, p. 46).

No que se refere à evolução diacrônica do próprio gênero “notícia”, podemos afirmar que a são os breves relatos, correspondentes à *tradição discursiva do relatar* (Cf. COSTA, 2010) - caracterizados pela apresentação de sequências descritivas e marcados, muitas vezes, pelo argumento de autoridade - bastante raros no final do século XIX - que se impõe diacronicamente. Essa mudança vem determinada, sobretudo, por matizes ideológicos que, em sua essência, vão operando gradativamente a transformação para notícias escritas sob o prisma de um jornalismo pretensamente “objetivo”

Essa tentativa de construção da objetividade materializa-se através de diversas estratégias camufladas de persuasão e controle, as quais puderam ser verificadas com a breve análise dos recursos avaliativos e dos tipos de argumentos empregados. Se nos exemplares do final do século XIX e do início da segunda metade do século XX constatamos todo tipo de argumentos, aliados a uma série de avaliações, a análise do texto do início do século XXI ratifica, em primeiro lugar, a posição de Van Dijk (2008) de acordo com a qual, nas sociedades modernas, o poder exercido pelos jornais inclui maneiras mais sutis de influenciar.

Paralelamente, corrobora a importância da observação diacrônica das mudanças discursivas e sociais - ou, em outras palavras, a tese assumida por Fairclough (2001b) acerca da incidência das mudanças que incidem sobre a *prática social*, com suas determinações sócio-histórico-ideológicas - sobre o plano da *prática textual* das mudanças discursivas, inclusive no que diz respeito aos aspectos concernentes à própria estrutura composicional dos gêneros textuais/discursivos ao longo dos tempos.

REFERÊNCIAS

BAHIA, J. *Jornal, história e técnica*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990.

- COSTA, A. *Tradições Discursivas em jornais paulistas de 1854 a 1901: gêneros entre a história da língua e a história dos textos*. Munich: Grin, 2010.
- COUTO, B. *O Direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2006.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. London and New York: Longman, 1995.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001a.
- FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). *Methods of critical discourse analysis*. London, Thousand Oaks, Nova Delhi: Sage, 2001b. p. 121-138.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FREIRE FILHO, J. A sociedade do espetáculo revisitada. *Famecos*, Porto Alegre, n. 22, p. 33-46, 2003.
- HALLIDAY, M. *An Introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- MARSHALL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.
- MARTIN, J; WHITE, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- OLIVEIRA, F. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: Globalização e neoliberalismo na América Latina. *Revista Praga*, São Paulo, n. 4, p. 31-33, 1997.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *O tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SODRÉ, N. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SPOSATI, A. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- THOMPSON, J. *Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VAN DIJK, T. A. Discurso, poder y cognición social. *Cuadernos*, Cali, año 2, 1994. Disponível em: www.discursos.org/Art/Discurso,%20poder%20y%20cognición%20social.pdf. Acesso em: 6 jun. 2018.
- VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 223-243, 2004.



Recebido em 28/02/2019. Aceito em 12/08/2019.